

CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS

THAYNÁ REIS DE ANDRADE BARBOSA

**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO AMBIENTE  
PSICOTERAPÊUTICO**

Paracatu

2022

THAYNÁ REIS DE ANDRADE BARBOSA

**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO AMBIENTE PSICOTERAPÊUTICO**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Alice Sodré dos Santos.

Paracatu

2022

B238i Barbosa, Thayná Reis de Andrade.  
**A Inclusão dos Surdos no Ambiente  
Psicoterapêutico.** / Thayná Reis de Andrade Barbosa. –  
Paracatu: [s.n.], 2022.  
33 f.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Alice Sodré dos Santos.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) UniAtenas.

1. Surdez. 2. Políticas de inclusão. 3. Libras. 4. Psicologia  
inclusiva. I. Barbosa, Thayná Reis de Andrade. II.  
UniAtenas. III. Título.

CDU: 159.9

THAYNÁ REIS DE ANDRADE BARBOSA

## **A INCLUSÃO DOS SURDOS NO AMBIENTE PSICOTERAPÊUTICO**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Alice Sodré dos Santos.

Banca Examinadora:

Paracatu – MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>. Alice Sodré dos Santos  
Centro Universitário Atenas

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Analice Aparecida dos Santos  
Centro Universitário Atenas

---

Prof<sup>o</sup>. Me. Jardel Rodrigues Marques de Lima  
Centro Universitário Atenas

## AGRADECIMENTOS

Ao longo desse percurso muitas incertezas cercaram os meus pensamentos, me perguntei por várias vezes se era ali que eu deveria estar, e por diversas vezes não tive resposta pela épica pergunta “por que escolheu a psicologia?”.

Em sala de aula em um dia muito comum como todos, uma de minhas professoras, faz uma reflexão e concluir dizendo: “Se vocês ainda não desistiram é que porque esse é o lugar que vocês precisam estar”, me soou como uma resposta e a partir disso, parei de me perguntar por que está ali e comecei me permitir está ali.

Nesse momento é hora de olhar para trás e reconhecer todo o esforço por essa trajetória que não acaba aqui, agradeço aos meus professores, não só por lecionarem, mas também por dedicarem ao acalento dos meus medos, mesmo que não intencionalmente, deram respostas para os meus conflitos pessoais.

Tenho imensa gratidão aos meus amigos que mesmo conhecendo o pior de mim, vibraram por cada passo, confortou cada desafogo de cansaço e que sempre me fizeram enxergar o melhor de mim pela ótica dos olhos deles.

Agradeço aos meus amigos, futuros psicólogos, esses passaram lado a lado as piores fazes e também as melhores evoluções, e me sinto horada em dizer que o profissional que serei, é constituído de cada um deles. Em especial cito o nome de uma figura, e uso esse termo porque ele realmente é uma figura, ele se dedicou a conhecer quem é a Thayná, e ainda sim, escolheu ficar. Obrigada Paulino, pelo eterno cuidado.

Não posso deixar de agradecer por minha inspiração maior, não só na busca de uma graduação, mas na busca de tentar ser um ser melhor diariamente para deixar como herança, minha pequena Duda, você será sempre a principal ignição para lutar. Sempre será por você.

Aos meus familiares um obrigada, grandioso, porque sei que desde do início torceram pelo sucesso atual e por aqueles que ainda viram.

Agradeço a maior sorte da árdua luta, a minha orientadora Alice Sodré, grande é o seu potencial grande pessoa você é, e maior do que a grandeza que atribuo a você é a referência de profissional que pretendo ser daqui para frente. Seja sempre luz.

Não sei se movida pela fé, mas sei que movida por uma força divina eu cheguei até aqui, obrigada DEUS, por fazer presença, por me dar força mesmo quando neguei pedir.

Obrigada a mim, escolher ser psicóloga, por fazer a escolha de estar na dor do outro.

“O sujeito da ética e estética da existência faz da vida uma obra de arte capaz de sensibilizar outros, e provocar catarses e transformações. O bem, o belo e o verdadeiro se tornam indissociáveis”.

Sawaia,2008.

## RESUMO

A finalidade do estudo em questão sugere, reflexionar sobre o atendimento psicológico à pessoa com surdez bem como as objeções da Psicologia no sentido de concernir que o aprendizado da Libras é fundamental para o exercício de processos terapêuticos com o indivíduo surdo. Contudo, foram revisados referências teóricas fundamentadas no olhar social com a comunidade surda, bem como aqueles que ressaltam o uso da Libras no contexto da Psicologia, sendo essa língua uma ferramenta fundamental à comunicação entre surdos e ouvintes. Nota-se a carência de assistência psicológica à comunidade surda, considerando que em tese, os profissionais não utilizam desse instrumento como mediador de intervenções por não dominarem a língua de sinais. Por notabilizar a raridade no atendimento do indivíduo surdo no ambiente psicoterapêutico, o estudo torna-se relevante, explorando reflexões para essa prática. Os fatos históricos revelam a árdua luta para um reconhecimento social da pessoa surda, o uso da língua de sinais, possibilitou-lhe fazer-se ouvir.

**Palavras-chave:** Surdez. Políticas de Inclusão. Libras. Psicologia Inclusiva.



## **ABSTRACT**

*The purpose of this study suggests, reflecting on the psychological care to the person with deaf as well as the objections of Psychology in the sense of concern that learning Libras is essential for the exercise of therapeutic processes with the deaf individual. However, theoretical references were reviewed based on the social view with the deaf community, as well as those who emphasize the use of Libras in the context of Psychology, and this language is a fundamental tool for communication between deaf and hearing. It is noted the lack of psychological assistance to the deaf community, considering that in theory, professionals do not use this tool as a mediator of interventions for not mastering the sign language. By noting the rarity in the care of the deaf individual in the psychotherapeutic environment, the study becomes relevant, exploring reflections for this practice. The historical facts reveal the arduous struggle for social recognition of the deaf person, the use of sign language, allowed him to make himself heard.*

**Keywords:** *Deafness. Inclusion Policies. Pounds. Inclusion Psychol*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1.1 PROBLEMA</b>	<b>10</b>
<b>1.2 HIPÓTESES</b>	<b>11</b>
<b>1.3 OBJETIVOS</b>	<b>11</b>
<b>1.3.1 OBJETIVO GERAL</b>	<b>11</b>
<b>1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>11</b>
<b>1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO</b>	<b>12</b>
<b>1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO</b>	<b>13</b>
<b>1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO</b>	<b>14</b>
<b>2 A SURDEZ DENTRO DO SEU CENÁRIO CLÍNICO E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA</b>	<b>16</b>
<b>3 ALGUNS MOVIMENTOS BRASILEIROS ACERCA DA INCLUSÃO DOS SURDOS NA SOCIEDADE</b>	<b>20</b>
<b>4 A PSICOLOGIA INCLUSIVA NOS ATENDIMENTOS CLÍNICOS E SUAS RESPONSABILIDADES ÉTICAS COM A SAÚDE MENTAL DA PESSOA</b>	<b>24</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIA</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Sanches (1990) o movimento iluminista marca a construção científica da surdez, que até então tinha concepção ao misticismo religioso da Antiguidade e Idade Moderna, lançando ao surdo um estado de “retardado mental”, bem como considerados, criaturas não humanas.

O Iluminismo foi um movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVI - conhecido como "século das luzes" - que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Nessa perspectiva o termo surdez adquire análise científica e não somente religioso por conceder à ciência a forma racional de explicar o surgimento de toda e qualquer espécie. É, um pensamento que defende a valorização do Homem e da Razão (SANCHES, 1990).

Os iluministas acreditavam que a Razão seria a explicação para todas as coisas no universo, e se contrapunham à fé, os surdos projetados a uma procriação mística e agora sob um conhecimento racional assumem o seu pertencimento a explicações não fantasiosas (SANCHES, 1990).

Sanches (1990) cita os estudos clínicos do psiquiatra Philippe Pinel, que produz referenciais sobre a normalidade e loucura, introduzindo o conceito de enfermidade aos loucos e aos “diferentes”. Partindo desse princípio os surdos passaram a serem denominados humanos, porém diferentes, contudo, humanos enfermos, entendido pelos saberes médicos como uma doença com necessidade de erradicação, por ter visibilidade anômala.

De acordo com Silva (1997) os filósofos do século XVIII, estavam dispostos a definir características simbólicas e concretas que pudessem classificar os seres humanos em humanos. Em resposta a tais suposições propuseram investigar e observar crianças criadas em isolamento, orangotangos e pessoas surdas, as “observações científicas” elevaram hipóteses de que a menos que a pessoa saiba escrever ou se expressar oralmente, ela não possuiu uma linguagem.

As ideias de cura e erradicação da surdez no século XVIII e subsequentes suggestionadas pelos saberes médicos não obtiveram grandes feitos, submeteram-se a novas intervenções visando à reabilitação da fala (DALCIN, 2009). Sanches (1990)

utiliza o termo pedagogia ortopédica para elucidar essa nova forma de se fazer intervenções baseado em terapias reabilitadoras.

Conforme Sanches (1990) com a instauração da psicologia contribuinte para o estudo dos comportamentos humano e juntamente com a medicina descreveu a psicopatologia das mais variadas categorias, que por vezes segregadas pela conceituação facultada a ideologias dominantes.

Mediante as novas propostas de intervenções baseadas na reabilitação da fala e não mais na manipulação do órgão (nesse caso o ouvido) tido como falho, a psicologia direciona a tratativa na subjetividade do corpo, contraria a medicina que privilegia o corpo físico e suas funcionalidades orgânicas, traduzindo o indivíduo a uma máquina que precisa estar em perfeito funcionamento independentemente de uma peça defeituosa (DALCIN, 2009).

Porém, infelizmente a psicologia reforçou os conceitos clínicos da medicina e da pedagogia ortopédica, quando não reconheceu a língua de sinais como língua natural da comunidade surda, excluindo o corpo psíquico, o sujeito e priorizando o corpo orgânico (DALCIN, 2009).

Estudos (Bisol, Simioni e Sperb, 2008) mais atuais, demonstram que profissionais da Psicologia estão atuando sobre uma perspectiva diferente do modelo clínico-terapêutico<sup>1</sup> evidente nas tratativas da medicina e pedagogia em relação à surdez. As novas tratativas da psicologia estão voltadas para a visão socioantropológica, que entende a surdez como diferença e não como deficiência, diferença vinculada a culturas diversas e uma forma linguística própria da sua ideologia. O autor Schelp (2009) revela que grande parte das pessoas surdas interpreta-se como pertencentes a uma minoria linguística e não como deficientes.

## 1.1 PROBLEMA

A psicologia como ferramenta clínica promove papel inclusivo dos surdos em ambientes psicoterapêuticos?

---

<sup>1</sup> Na tradição clínico-terapêutica, a surdez é vista como uma —deficiência“ em relação à comunidade —ouvinte”, colocando os sujeitos surdos em desvantagem, se comparados à maioria da população (SKLIAR, 1998).

## **1.2 HIPÓTESES**

O atendimento psicológico na sua prática terapêutica é destinado a trabalhar no indivíduo suas questões pessoais, seus conflitos emocionais, intelectuais e outros, o psicólogo que atende uma pessoa surda necessita mediar condições favoráveis para a evolução do atendimento, visto que a estrutura do ambiente intervém nesse processo, onde o contato visual será uma das ferramentas de vínculo. Neste cenário, cabe ao psicólogo ressignificar a inclusão desse público nas dimensões biopsicossociais.

Quando pensamos na inclusão do surdo no Setting Terapêutico, o objetivo do psicólogo nos atendimentos psicoterápicos é servir-se da psicoterapia como ferramenta de acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, bem como o auxiliando no enfrentamento dos seus conflitos internos.

A psicologia inclusiva se configura em diretrizes de intervenções no contexto político, cultural, social e terapêutica, fundamentada nos direitos humanos, que sanciona os direitos de todas as pessoas com deficiência. Tem, ainda, como propósito inserir indivíduos com as mais diversas limitações no atendimento psicoterapêutico, além de nortear esse atendimento, a psicologia inclusiva se baseia nas leis que regimentam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiências.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a psicologia como ferramenta clínica no papel inclusivo dos surdos em ambientes psicoterapêuticos.

### **1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a surdez dentro do seu cenário clínico e sua construção histórica;
- Identificar movimentos acerca da inclusão dos surdos na sociedade e a fundamentação da Língua Brasileira de Sinais;
- Entender a psicologia inclusiva nos atendimentos clínicos tal como suas responsabilidades éticas com a saúde mental da pessoa surda.

## 1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A importância desta pesquisa dá-se como referência para o profissional na área da psicologia, uma vez que não existem abundância de publicações sobre este tema. Espera-se, ao fim deste texto, poder discorrer acerca de algumas contribuições da Psicologia no processo de inclusão de alunos surdos no ensino fundamental.

De acordo com Gonçalves (2011), uma pequena parcela da população surda tem acesso à psicoterapia, além de ser um serviço que não é ofertado pelo governo, não há profissionais capacitados e por mais que tenha demandas à maioria dos necessitados não possui condições financeiras para manter o atendimento.

As pessoas com surdez conceituam-na como uma deficiência invisível, diferente de deficiências físicas motoras, intelectuais e visuais que podem ser percebidas pela sociedade, a surdez passa por despercebida no ambiente, sendo assim um fator determinante também para o seu desconhecimento perante a sociedade e pelas políticas públicas (DURAN, 2003).

Duran (2003) afirma que outro fator que intensifica a invisibilidade da surdez é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) que foi reconhecida como língua oficial no país somente no ano de 2002, no ano de 2001 foi publicado o seu primeiro dicionário (Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, editora Edusp), de autoria de Fernando Capovilla.

Outra associação enganosa feita pela sociedade é o de que a mudez sempre acompanha a surdez. O surdo tem voz, e pode se comunicar, o fator deficiente do contexto está na obtenção tardia de recursos, a criança surda que aprende a língua de sinais desde cedo, torna-se um adulto comunicativo manifestando sua cultura pelo uso de Libras (DURAN, 2003).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a estimativa é de que 900 milhões de pessoas no mundo todo podem desenvolver surdez até 2050. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística divulgados em 2020, mais de 10 milhões de pessoas tem algum problema relacionado à surdez, ou seja, 5% da população são surdas. Entre essas pessoas 2,7 milhões não ouvem nada (BRASIL, 2020).

Segundo Pires e Almeida (2016) um estudo realizado pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde da Bahia publicado no site iSaúde, analisa as condições do atendimento médico para as pessoas surda, e evidência que: "O indivíduo surdo, ao procurar atendimento na Unidade de Saúde, encontra como bloqueio a sua comunicação com a equipe." Traz ainda que a efetivação dos atendimentos, dá-se quando há intermédio de um familiar, amigo ou interprete.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002), otimiza à inclusão dessa linguagem nos cursos superiores, na formação de professores, tradutores e intérpretes de Libras, na atuação do Sistema Único de Saúde Brasileiro, na qualificação de servidores públicos para o uso da Libras ou sua interpretação e à legitimação orçamentária para garantir as intervenções previstas nº Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005).

A inserção da psicologia na temática surdez ocorreu na década de 1950 com a instauração da psicometria utilizada para avaliar a capacidade cognitiva dos surdos. Em 1960, com a "psicologia da surdez" o modelo clínico terapêutico ainda era predominante (SOLÉ, 2005). Na contemporaneidade a psicologia inclusiva se pauta no seu compromisso social, e empoderador do indivíduo surdo, trazendo-o para dentro dos settings terapêuticos com a proposta de dar voz aos seus conflitos internos, emergentes nos comportamentos agressivos, individualistas e intolerantes (SAWAIA, 2004).

Visto que ressignificada as narrativas históricas entre falta de audição e deficiência, abre-se espaço para o advento de novas formas de existência sem a audição, formas estas que autorizam os surdos buscarem sua autonomia (MORAES, LIMA e MANSOIO, 2011).

Há uma necessidade de as universidades e dos profissionais da saúde intervirem para colaborar com essa situação problema e amparar a inclusão da comunidade surda e de sua cultura (CAMARGOS e ÁVILA, 2019).

## **1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO**

A finalidade da pesquisa básica do presente estudo tencionou analisar narrativas e pesquisas teóricas que possibilitou a coleta de dados sobre a surdez. A

abordagem metodológica utilizou a pesquisa quantitativa com objetivo de pesquisa exploratória (Gil, 2008).

Primeiramente realizou-se pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008, p. 50) trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir de materiais já estruturados, como livros e artigos científicos, situando o pesquisador a um contato direto com conteúdo já revisado. O método indutivo permitiu coletar fatos.

Publicados como: livros, periódicos, artigos científicos e seminários delimitou a temática sobre o assunto surdez e ambiente psicoterapêutico para pessoas surdas.

## **1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO**

Pensando na atuação psicológica frente a demandas da comunidade surda, o estudo em questão buscou entender como a psicologia vem se comprometendo com essa temática.

O primeiro capítulo do estudo compreende a construção histórica da surdez bem como os desdobramentos clínicos da surdez situados ao longo do tempo, até que a surdez se configurou como uma deficiência porem conferida de tratativas de intervenções humanizadas.

O segundo capítulo discorre a respeito dos movimentos brasileiros acerca da inclusão dos surdos na sociedade, onde revela que esses movimentos estão atrelados a evolução da surdez em um contexto da educação por ser um viés que demandou muita luta da comunidade surda, evidencia a estruturação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil, um marco para o reconhecimento legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira bem como o direito de reconhecimento social.

O Terceiro capítulo busca entender a psicologia inclusiva nos atendimentos clínicos e suas responsabilidades éticas com a saúde mental da pessoa surda, onde se revela o Código de Ética do Psicólogo trazendo princípios quanto a atuação do psicólogo visando a promoção a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, com responsabilidade social e sigilo.



Quarto e último capítulo, ressalta as conclusões obtidas com o estudo, onde fica evidente a escarces de práticas e trabalhos bibliográficos que abrange ou expõem as ações psicológicas com a população surda.

## 2 A SURDEZ DENTRO DO SEU CENÁRIO CLÍNICO E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A apresentação do modelo clínico-terapêutico refere-se à ideia de que as limitações linguísticas do surdo provem da deficiência biológica e, essencialmente, da omissão da fala. Esse modelo faculta integralmente ao diagnóstico e à reabilitação como fatores determinantes da correção do problema auditivo da pessoa surda, voltando à atenção para o recobro do déficit auditivo, reparação de defeitos da fala e exercício de habilidades como a leitura labial (SKLIAR, 1998).

Sanches (1990) segue retratando o surgimento dos estudos clínicos sobre normalidade, realizados pelo psiquiatra Philippe Pinel conceituando enfermos os loucos e os diferentes, atribuindo aos os surdos à condição de humanos quando moldurados na desarmonia dos diferentes, porém humanos enfermos. Classificados como doentes pela medicina, pela pedagogia e, mais tarde pela psicologia, foram rotulados pelos preceitos médicos pertencentes de uma subespécie, uma anomalia a ser aniquilada.

A respeito da surdez copiosas pesquisas foram efetuadas nesse período destinadas a descobrir as causas da mesma, objetivando seu tratamento e a sua cura (DALCIN, 2009).

Moura (2000) menciona os estudos do médico-cirurgião Jean-Marc Itard que subsidiado por um saber científico em criação apresentou métodos como: escalar cadáveres de surdos, usar cargas elétricas nos ouvidos dos surdos, recorrer a sanguessugas para causar sangramentos, perfurar as membranas timpânicas dos surdos, inserir cateteres nos ouvidos de pessoas com problemas auditivos, entre outros procedimentos, originando ruptura de vários crânios, do mesmo modo, inflamações nos ouvidos e morte.

Vistas como técnicas normais essas intervenções, bem como, a esterilização de utensílios e ambientes acreditando deter a procriação de pessoas surdas, eram consentidas triviais em favor das pesquisas científicas que pretendiam erradicar e diminuir esse mal apresentado como dessemelhante das qualidades de sua espécie (MOURA, 2000).

Vítimas de extermínio e segregação, na Idade Média pessoas com deficiências foram maltratadas tanto pela comunidade quanto pela igreja, vista como aberrações excluídas do contexto social por um longo tempo, até que começam a ser analisadas numa perspectiva científica (MATTIONI, 2019).

Dalcin (2009) acredita que o conflito entre conceito e tratativas se dá pela origem da palavra surdo. Etimologicamente, origina-se do latim (*surdus*) e no grego (*kophós*) denominando uma situação dupla do homem que não escuta e o homem que não é entendido. E na perspectiva de Homero, o mudo, onde sua ascendência está no verbo (*kopháomai*), refere-se à conduta de ficar mudo, ser estúpido ou insensível.

Segundo Carvalho (2007), no século VI, o \_ Código Justiniano, reinado do imperador Justiniano em Roma, que concedeu a base para a maioria dos sistemas legais na Europa moderna \_ menciona referências a respeito da surdez e seus direitos a saúde, categorizando a surdez em: surdo-mudez natural, surdo-mudez adquirida, surdez natural, surdez adquirida e mudez natural ou adquirida. Partindo dessas categorizações, trouxe uma visão socioantropológica para as formas de se observar a surdez, dado que distingui os surdos oralizados dos não atribuintes a fala.

Nessa perspectiva, aqueles que não falavam, por lei estavam impossibilitados de adquirir propriedades, formalizar contratos, protestar por herança, redigir testamento e habitar o mesmo espaço social que os demais, contrastante com o público dos surdos falantes e conforme o entendimento da época, pensava-se que eles adquiriram primeiro a linguagem e só depois a surdez, tendo assim seus direitos sociais e civis resguardados (CARVALHO, 2007).

Strobel (2008) revela que no Egito e na Pérsia, os surdos eram afamados indivíduos privilegiados, enviados dos deuses. Por manter-se sempre em silêncio, os egípcios e persas presumiam que os surdos conversavam em segredo com os deuses, numa condição de meditação espiritual. Embora houvesse um sentimento de respeito, consideração, proteção e adoração pela comunidade, às pessoas surdas eram condicionadas, mas uma vez sem vida social e sem instrução.

Na Grécia antiga os gregos consideravam que o pensamento se reproduzia por meio da linguagem e está por intermédio da fala. Sem a audição os surdos eram descartados dos ensinamentos, contudo não adquiriam conhecimento.

Mediante a tantas repulsas, os gregos tratavam os surdos como seres animais e incompetentes, diferente dos egípcios (SILVA, 2009).

Os escritos de Gugel (2007) denota que no Renascimento a surdez vista sobre um cenário religioso, passa a ser estudo da razão, a deficiência segue-se analisada sob a óptica médica e científica. Mediante a ruptura das estruturas medievais caracterizada pela passagem do feudalismo para o capitalismo, sucedeu pela primeira vez uma distinção entre surdez e mudez, e a locução surdo-mudo ausentaram-se da indicação para os surdos.

A transformação principiou na França com o religioso Charles-Michel de L'Épée que trabalhou com várias crianças surdas, empregou um método de ensino respaldado em uma adaptação da Língua de Sinais Francesa. Após sua morte, o governo francês deliberou a instituição criada em uma escola pública, o Instituto Nacional de Surdos de Paris. A vigente escola instaurou um método de ensino conceituado manualista, os alunos eram instrumentados no francês escrito através de uma esquematização que adaptava a língua de sinas, chamada sinas metódicos. Outros pedagogos e médicos respaldava um método classificado oralista, onde a função da educação era ensinar os surdos a se exteriorizar por meio da fala e da leitura labial, mediante um processo que aderiu a exercícios minuciosos e árduos (CALBENTE, 2017).

Conforme Calbente (2017) em 1857 foi criado no Brasil o Instituto Nacional de Educação de Surdos, primeira escola de pessoas surdas presente até o momento no Rio de Janeiro. Nas variadas instituições médicos, pedagogos e outros especialistas divergiam entre os métodos oralistas e manualistas como padrões competentes para a educação dos surdos.

Mattioni (2019) ressalta que a comunidade surda respaldava os métodos manualistas, como excepcional para a inclusão social democrática, somando com a conta de professores surdos na estruturação das escolas e instituições de surdos. Contudo, no final do século XIX, o oralismo foi admitido como o método a ser empregado nas escolas para surdos.

A predominância do método oralista espalhou-se por toda parte, ademais no Brasil até meados do século XX, resultante de um cenário que avistava as línguas de sinas como cominação ao aprendizado das línguas nacionais. A

consequência dessa perspectiva resultou em uma política que impossibilitava o aprendizado da comunicação dos surdos por sinais (CALBENTE, 2017).

Segundo o autor Calbente (2017) os feitos das escolas oralistas, evoluíram para o reforço a exclusão social, como as línguas de sinais eram proibidas resultaram em uma formação insuficiente. Em função disso, muitos surdos lutaram por alternativas e pelo repúdio dos métodos oralistas. No século XXI, derivados das lutas e manifestações, foram apresentados para a comunidade surda resultados fundamentados na promoção de educação e instrução das pessoas surdas.

### **3 ALGUNS MOVIMENTOS BRASILEIROS ACERCA DA INCLUSÃO DOS SURDOS NA SOCIEDADE**

A cronologia de acontecimentos acerca da surdez no Brasil se funde a história da educação dos surdos, visto que não tem como falar do cenário histórico do surdo sem recorrer à educação como referência para esse contexto (STROBEL, 2009). Uma conjuntura mundial revela incontáveis divergências na história da surdez quanto ao método eficaz de lecionar para o surdo, mesmo com tantos métodos questionáveis, houve pessoas, que assumiram responsabilidades de desmistificar o ser surdo de modo a desenvolver suas potencialidades (LOPES e ABREU, 2017).

Em 1855 o imperador D. Pedro II, convida Eduardo Huet \_ também chamado Ernest Huet \_ professor surdo francês e adepto as convicções de L'Épée, titulado mestre e com saberes adquiridos de cursos em Paris, chega ao Brasil para fundar uma instituição para pessoas surdas (STROBEL, 2009).

Strobel (2009) revela que no Brasil em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro foi fundada a primeira escola para surdos o Imperial Instituto de Surdos - Mudos, atualmente o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), nesse Instituto o uso dos sinais era propagado no contexto escolar fixando a comunidade surda em um sistema humanitário, manuseava uma combinação da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estando o Brasil um passo à frente de muitos países.

Segundo Strobel (2009) em 1875 o ex-aluno do INES, Flausino José da Gama publicou aos 18 anos o primeiro documento de língua de sinais no Brasil, "Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos".

O Instituto Santa Terezinha, fundado em 1925 em São Paulo, foi outra escola relevante na história dos surdos, diligente à educação de moças surdas, sendo que algumas se tornavam freiras. Também vivenciou a autoridade da Língua de Sinais Francesa (LSF), porque os preceptores eram religiosos franceses católicos, bem como as influências do "oralismo" (MONTEIRO, 2006).

Anterior ao Congresso de Milão em setembro de 1880 não havia prescrição quanto ao modo preciso de se ensinar o aluno surdo, recorria tanto o método francês (gestualismo) como o método alemão (oralismo). Após as

resoluções do congresso de Milão, a educação dos surdos no Brasil retrocedeu, ao embargar o uso de sinais, e aderir somente o método oralismo, intercedido por ouvintes no evento, não considerando ações de manifestações dos surdos ou membros da comunidade surda. As decisões concordadas em Milão conduziram educadores a amarrar as mãos de surdos, forçando-os a usar a língua oral ao invés de sinais, o resultado dessa conduta trouxe traumas e desgastes (LOPES e ABREU, 2017).

O Congresso de Milão é considerado para a comunidade Surda como o século do 'holocausto', pois proibia os professores Surdos de dar instrução nas escolas de Surdos, o uso da língua de sinais dentro das escolas de Surdos e determinava o fechamento dos institutos em regime de internato. Houve um declínio dos professores Surdos até a quase extinção dos mesmos, restando poucos professores Surdos no mundo (CALIXTO e CASTRO, 2016, p. 192 - 196).

Para contrapor às determinações pronunciadas no congresso de 1880 os surdos seguiram utilizando a língua gestual fora dos institutos educacionais, resultando a idealização de diversas Associações de Surdos ao redor do mundo (CALIXTO e CASTRO, 2016). As Associações de Surdos respaldaram um espaço que respeitavam a cultura deles e assim se uniram e resistiram contra as práticas oralistas (STROBEL, 2009).

A primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos foi fundada em 1930 no Rio de Janeiro por um reduzido grupo de surdos que eram ex-estudantes do Instituto, que organizavam modalidades esportivas e competiam com escolas de ouvintes, atualmente desativa (MONTEIRO, 2006).

Em contrapartida, a primeira associação, Monteiro (2006) revela que no dia 16 de maio de 1953, remediada pela professora de surdos Dona Ivete Vasconcelos, dá-se início a uma associação. Composta por grupos de surdos da Congregação de Surdo do Rio de Janeiro, hoje intitulada Associação Alvorada uniu-se com os ex-alunos da INES para desenvolver as competições esportivas e de lazer. Com a volta desses ex-estudantes para suas cidades natais, funda-se no dia 19 de março de 1954 a segunda Associação de Surdos-Mudos em São Paulo. A terceira Associação de Surdos se instaura em 1956, em Belo Horizonte.

As organizações filantrópicas Federação Nacional e Integração de Surdos (FENEIS), legitimada em 16 de maio de 1987 e a Confederação Brasileira de Surdos (CBS) criada em 2004, pronunciam-se em atividades políticas e educacionais

visando os direitos culturais, educacionais, linguísticos e sociais dos surdos do Brasil (MONTEIRO, 2006).

Em agosto de 2001, no Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS-RJ) em parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), qualificou 80 Surdos no Brasil, para serem preceptores de LIBRAS e produziu metodologias e materiais didáticos que concederam aos alunos Surdos uma educação de qualidade. Em setembro desse mesmo ano, as mesmas autoridades habilitaram 54 Professores/Intérpretes no Brasil para exercerem seus feitos profissionais nas escolas inclusivas. Essas ações conjecturaram para os próximos 10 anos, a aplicação da Lei nº 10.436 (Língua Brasileira de Sinais), instaurada no Brasil no ano 2002 (MONTEIRO, 2006).

No Brasil, oportuno ao atraso na aquisição da fala, as pessoas surdas foram estereotipadas deficientes, portanto, incapazes, vistas pelas limitações acentuadas por sua condição e não por suas potencialidades (MATTIONI, 2019).

Em 2002, o governo brasileiro aprovou a Lei 10.436 que admitiu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como instrumento legal de comunicação e expressão, atribuindo à comunidade surda brasileira, o direito de reconhecimento social e legalmente da sua língua, assegurando-lhes apoio jurídico para a criação de escolas bilíngues (BRASIL, 2002).

Segundo Mattioni (2019) a criação dessa lei faz-se resultado de uma extensa luta da comunidade surda, antagonista o processo de exclusão social vividos por séculos, historiado até mesmo, pela estruturação dos primeiros sistemas de ensino de pessoas surdas. Ainda que a Lei 10.436 possa ser compreendida como uma difusão das lutas e manifestações Calbente (2017) sinaliza que a concessão da LIBRAS não é decisiva para uma global inclusão das pessoas surdas na sociedade.

Brasil (2002) aponta que a comunidade surda brasileira segue lutando pela materialização da educação bilíngue, onde a comunicação e a instrução seriam difundidas pela LIBRAS e o português proporcionaria a leitura e escrita dos surdos apenas em sua modalidade escrita.

Posteriormente a lei mencionada, o Decreto 5.626 de 2005 sancionou a lei de 2002, firmando configurações instituindo o ensino de LIBRAS, bem como a



escolarização bilíngue das pessoas surdas. Outro decreto importante foi o Decreto 6.949 de 2009 que transfigurou em ementa legal as medidas acordadas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência efetivada pela ONU em 2006 (SILVA, 2009).

Há exemplos da luta pela comunidade surda, em busca de direitos legais linguísticos e educacionais Calbente (2017) refere à Lei 12.319 de 2010, que regulamentou a profissão do tradutor e intérprete de LIBRAS e a Lei 13.005 de 2014 que transfigura um Segundo Plano Nacional de Educação que estabelece a criação de ambientes escolares bilíngues para pessoas surdas.

#### **4 A PSICOLOGIA INCLUSIVA NOS ATENDIMENTOS CLÍNICOS E SUAS RESPONSABILIDADES ÉTICAS COM A SAÚDE MENTAL DA PESSOA SURDA.**

A atenção psicológica se configura em práticas de promoção a saúde mental das pessoas, e a comunicação é o principal elo de transferência no processo psicoterapêutico. Desse modo ficam evidentes os empasses vivenciados pela pessoa surda com a LIBRAS como subsídio da sua comunicação nesse processo clínico terapêutico, estudos revelam a deficiência de profissionais qualificados para atender a comunidade de surdos (SOUZA, 2013).

A psicologia inclusiva se configura em diretrizes de intervenções no contexto político, cultural, social e terapêutica, fundamentada nos direitos humanos, que sanciona os direitos de todas as pessoas com deficiência. Tem, ainda, como propósito inserir indivíduos com as mais diversas limitações no atendimento psicoterapêutico, além de nortear esse atendimento, a psicologia inclusiva se baseia nas leis que regimentam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiências (MACÊDO e TORRES, 2018).

Conforme a lei nº 13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é responsabilidade de toda sociedade revisar alternativas para diminuir ou sanar barreiras em desfavor da representação social de pessoas com deficiências, sendo específica quando menciona “expressão ou recebimento de mensagem” (BRASIL, 2015).

A este respeito, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (a), no firmamento dos princípios fundamentais quanto a prática psicológica nos incisos I, II e III, assenta que:

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (CFP, 2005, p.7).

Talask (2006) ressalta os atendimentos as pessoas com surdez são mais comuns em escolas de educação especial ou em clínicas especializadas, usualmente em parceria com a fonoaudiologia e a medicina. A autora aponta ser escasso o número de profissionais que conhecem a Libras ou que são habilitados para o seu uso, revelando um obstáculo para que os surdos recebam atendimento psicoterapêutico.

O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Dr. Tarso de Coimbra, idealizado no ano de 1959 por Nini Mourão, celebrou no ano de 2019, 60 anos de trabalhos realizados em prol da inclusão de pessoas com surdez e deficiência auditiva. O projeto “Mãos que falam e ultrapassam fronteiras – Empatia” estruturado pela pedagoga Maria Ângela dos Santos Caruso, objetiva transpor as barreiras de comunicação presentes entre a comunidade surda e ouvintes, que interfere também no alcance de uma sociedade totalmente inclusiva (POÇOS DE CALDAS, 2019).

Na prática, o manejo do programa visa o envolvimento de setores prestadores de atendimento ao público da cidade de Poços de Caldas, oferecendo-lhes conhecimento para uma comunicação efetiva com os surdos, até a data de publicação desse conteúdo, constava-se um grupo de dez empresas que aderiram ao treinamento de LIBRAS (POÇOS DE CALDAS, 2019).

Arantes e Vitoriano (2016), ponderam ser de ação própria do psicólogo aprender Libras e fazer com que esta aprendizagem tenha efetividade, visto que não existiu cursos específicos na capacitação de psicólogos para atenderem surdos, ressalta ainda a necessidade de um contato e convivência junto à comunidade surda, com finalidade de construir aprimoramento profissional necessário para atender a essa demanda.

Como aliado da comunicação, Souza (2013) enfatiza a mediação do intérprete em LIBRAS, viabilizando a pessoa com surdez o direito linguístico assistido em sua própria língua. Sobretudo no campo da psicologia, o intérprete por não possuir conhecimento técnico no que diz respeito a formações do inconsciente e fragmentos do discurso o fator transferencial pode ser impedido bem como sua condição psíquica pessoal pode ser afetada.

Ainda segundo o autor o intérprete no setting terapêutico pode comprometer o sigilo profissional do psicólogo, sistematizado no respeito ao

indivíduo e seus direitos fundamentais a igualdade, integridade, desprezando quaisquer formas de negligência.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), em seu artigo 9º, é dever do psicólogo guardar o sigilo profissional resguardando a intimidade e confidencialidade das pessoas, grupos ou organizações, as quais estejam prestando serviço. Partindo desse princípio, determinante para a inclusão social, o domínio da LIBRAS garante a atenção psicológica aos surdos, como campo de interação de uma responsabilidade social com a sua saúde mental frente a suas demandas psicológicas.

A lacuna na relação do surdo com a comunidade ouvinte origina déficits no desenvolvimento afetivo, cognitivo e sociocultural, os conflitos psíquicos decorrentes do sofrimento psicológico vivenciado por essas lacunas, emerge comportamentos como agressividade, intolerância, individualismo e incapacidade intelectual, entendidos como comportamentos próprios do surdo, quando, na verdade essas aparições são seguimentos do desconhecimento do mundo dos surdos (SOUZA, 2013).

Por intermédio as divergências de línguas e culturas, o psicólogo deve capacitar-se para prestar assistência psicológica mediante demandas que possam emergir no ambiente terapêutico averiguando uma formação teórica e metodológica que lhe disponha de compreender seu objeto de estudo como apresenta o CFP (2005). Em meio aos princípios fundamentais transferido pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), é dever do mesmo desempenhar com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, elevando a psicologia há um campo científico de conhecimento e de prática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação do estudo utilizou a abordagem metodológica de pesquisa quantitativa com objetivo exploratória com o anseio de compreender a efetivação da inclusão do surdo no ambiente psicoterapêutico também dedicou-se entender o papel social da psicologia na atenção psicológica a pessoa com surdez.

Para atingir a compreensão de analisar a psicologia como ferramenta clínica no papel inclusivo dos surdos em ambientes psicoterapêuticos, o objetivo específico de compreender a surdez dentro do seu cenário clínico e sua construção histórica, revela o misticismo religioso da Antiguidade e Idade Moderna que lançava ao surdo um estado de “retardado mental”, bem como considerados, criaturas não humanas.

A transformação principiou na França com o religioso Charles-Michel de L'Épée que trabalhou com várias crianças surdas, empregou um método de ensino respaldado em uma adaptação da Língua de Sinais Francesa.

O segundo objetivo específico com a intenção de identificar movimentos acerca da inclusão dos surdos na sociedade e a fundamentação da Língua Brasileira de Sinais, demonstra um processo de avanços e retrocessos na história da surdez, e dentro do campo brasileiro a LIBRAS se destaca como uma conquista tardia, porém promissora na defesa dos direitos legais das pessoas surdas.

Nesse sentido os portadores da surdez conceitua-na como uma deficiência invisível, diferente de deficiências físicas motoras, intelectuais e visuais que podem ser percebidas pela sociedade, a surdez passa por despercebida no ambiente, sendo assim um fator determinante também para o seu desconhecimento perante a sociedade e pelas políticas públicas.

Entender a psicologia inclusiva nos atendimentos clínicos tal como suas responsabilidades éticas com a saúde mental da pessoa surda, seguiu sendo o terceiro objetivo específico do estudo onde evidenciou que uma pequena parcela da população surda tem acesso à psicoterapia, além de ser um serviço que não é ofertado pelo governo, não há profissionais capacitados e por mais que tenha demandas à maioria dos necessitados não possui condições financeiras para manter o atendimento.

Revelou também que a efetivação dos atendimentos se dá quando há intermédio de um familiar, amigo ou interprete.

Para fins conclui-se a carência de profissionais da psicologia diretamente posicionados nas práticas clínicas com a surdez, entretanto ressalto que o estudo também evidenciou o grande potencial interventor que a psicologia possuiu para tratativas dessas demandas, dado que pouco habilitado no uso da Libras, a atenção psicologia é permeada em um trabalho apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e na responsabilidade social.

A psicologia inclusiva se configura em diretrizes de intervenções no contexto político, cultural, social e terapêutica, fundamentada nos direitos humanos, que sanciona os direitos de todas as pessoas com deficiência. Tem, ainda, como propósito inserir indivíduos com as mais diversas limitações no atendimento psicoterapêutico, além de nortear esse atendimento, a psicologia inclusiva se baseia nas leis que regimentam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiências.

Ressalto a pertinência do trabalho sobre um viés de constante aprimoramento do profissional da psicologia adentrando ao campo da Libras como principal ferramenta de atenção psicológica as pessoas com surdez, visto que não é mais sobre conquistas da comunidade surda que estará em questão, e sim a responsabilidade ética com a saúde mental daquele que à procura.

## REFERÊNCIA

- ARANTES, T. L. M.; VITORIANO, S.A. Reflexões sobre a relação no atendimento clínico entre o psicólogo e o surdo. *Cadernos INESP*, v. 1, n. 1, 2016. Acesso em: 24 jun. 2017.
- BISOL, Cláudia A.; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 21, p. 392-400, 2008.
- BRASIL. Constituição (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.
- BRASIL. Constituição (2005). Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília, DF.
- Brasil. S.G. Lei 13.146 de 06 de julho. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 Fev. 2021.
- CALBENTE, L. A luta da comunidade surda: um breve panorama histórico. **Revista Aluvião**. Publicado em: 30 junho 2017.
- CAMARGOS, Gláucio Silva; ÀVILA, Lazslo Antônio. A interface da psicologia com a surdez: uma revisão sistemática. 2019.
- CARVALHO, P. V. **Breve história dos surdos no mundo**: breve história dos surdos em Portugal. Lisboa: Surd’Universo. 2007.
- CASTRO, Fernanda GA Soares de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira. Aspectos históricos e legais sobre a educação de surdos no Brasil: do império à república velha. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 192-196, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 21 de Julho de 2005.
- CRUZ, Mafalda Luzia Coelho Madeira; LOPES, Vanessa Marques. Inclusão social do deficiente auditivo: uma reflexão do atendimento do psicólogo na internação hospitalar. **CES Revista**, v. 21, p. 191-202, 2007.
- DA SILVA RITERBUSCHE, Camila; MAFFINI, Gabriela; DOS SANTOS GONÇALVES, Camila. Equidade e saúde mental: desafios do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço**, p. 5-17, 1997.
- DALCIN, Gladis. Psicologia da educação de surdos. **Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina**, 2009.

DAS CHAGAS LOPES, Ana Carolina Arantes; DE ABREU, Sandra Elaine Aires. O congresso de Milão (1880) como marco histórico cultural na educação de Surdos no Brasil. **Revista Educação, Ciência e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 01-12, 2017.

Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

DURAN, Sérgio. Movimento propõe que deficiente auditivo se assuma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de jun. de 2003.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 66-77, 2013.

Gil, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Atendimento Psicológico para Surdos**, 2011.

GUGEL, M. A. Pessoa com deficiência e o direito ao trabalho: reserva de cargos em empresas, emprego apoiado. Florianópolis: Obra Jurídica. 2007.

HINOUE, Natália. Setembro Azul: OMS estima que até 2050, 2,5 bilhões de pessoas desenvolvam surdez. **Fundação Padre Anchieta**, São Paulo, 30 de set. de 2021. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/noticias/42451\\_setembro-azul-oms-estima-que-ate-2050-900-milhoes-de-pessoas-desenvolvam-surdez.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/42451_setembro-azul-oms-estima-que-ate-2050-900-milhoes-de-pessoas-desenvolvam-surdez.html)>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

MACÊDO, L. S.; TORRES, C. R. V. Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas: 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva, Porto Alegre, 2016. <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf>. Acesso em, v. 2, p. 1156, 2018.

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos: cognitivo, afetivo e social**. IESDE BRASIL SA, 2011.

MATTIONI, Denise Aparecida. **Reflexões sobre o atendimento à pessoa com surdez: desafio para a psicologia**. 2019.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.

MORAES, Marcia Oliveira; LIMA, Luara Fernandes França; MANSOIO, Carolina Cardoso. Variações sobre ver e não ver: dois relatos de casos. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 63, n. 1, p. 101-110, 2011.

MOURA, Maria Cecília. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.



OLIVEIRA, Liliane Moreira; HADLER, Oriana Holsbach. Psicologia e Surdez: governamento da diferença e outras margens possíveis. **Barbarói**, p. 139-161, 2015.

PEREIRA, Vanessa Alves; ARAÚJO, Karoliny Vilela; DE ALMEIDA SILVA, Jucineide Lima. PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 1, n. 3, p. 20-30, 2021.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, 2016.

POÇOS DE CALDAS. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Secretaria Municipal de Comunicação Social. **Projeto de inclusão comemora 60 anos da Tarso de Coimbra**. Poços de Caldas, 2019.

Projeto de Lei 8.035 de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. Aspectos linguísticos da Libras. **Curitiba: IESDE Brasil SA**, 2012.

ROSA, Patrícia da. No encontro intercultural, o encontro terapêutico: prática clínica com surdos. 2017.

SANCHES, Carlos M. G. **La increíble y triste história de la sordera**. Caracas: Centro Profesional para Sordos (Ceprosord), 1990.

SAWAIA, Bader Burihan. O irredutível humano: uma ontologia da liberdade. **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**, p. 165-177, 2004.

SCHELP, P. P. Pensar o presente da educação de surdos a partir de leituras e interpretações do passado: perspectivas de inclusão nas escolas de ensino regular UNICENTRO. In: **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina/PR. 2009.

SILVA, S. A. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Londrina – PR, 2009.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: **Mediação**, p. 5-6, 1998.

SOLÉ, Maria Cristina Petrucci. **O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta**. Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

SOUZA, M. S. **Utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no atendimento aos surdos como forma de humanização da Psicologia**. Publicado 33 em: Fev. 2013.

STROBEL, Karin Lilian et al. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. **Florianópolis: UFSC**, 2009.

TALASK, Anamelia Gomes. Psicologia e Surdez: A importância do Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelo Gestalt-Terapeuta. Faculdades Integradas Maria Thereza, Niterói, 2006.

TOSTES, Raissa Siqueira. **A atuação de psicólogo bilíngue no atendimento terapêutico à pessoa surda.** 2018.